

Líder do governo é derrotado outra vez

Silvio Donizetti

Ao emplacar o nome do senador José Fogaça (RS) para o cargo de relator da Subcomissão do Poder Executivo ontem à tarde, em seu gabinete, o líder do PMDB senador Mário Covas, fechava com êxito o ciclo da difícil indicação dos presidentes e relatores do partido nas Subcomissões da Constituinte, eleitas ontem. Em contrapartida, o líder do governo, deputado Carlos Santana (PMDB-BA), acumulava a sua terceira derrota, em um mesmo dia, para Covas na disputa pela hegemonia das principais Subcomissões.

O deputado Carlos Santana jogou pesado e perdeu na indicação dos relatores das Subcomissões da Reforma Agrária e da Intervenção Estatal, além da Subcomissão do Poder Executivo que entre outras atribuições vai começar a fixar o mandato do presidente Sarney.

Manobras

Para conseguir a indicação dos seus relatores preferidos, o líder do governo trabalhou intensamente nos últimos dias. Manobrou para que os membros do PMDB na Subcomissão do Poder Executivo fossem remanejados para que o seu grupo obtivesse o controle da situação fazendo com que o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) superasse o senador José Fogaça, indicado por Mário Covas. O próprio deputado havia sido deslocado para a Subcomissão que vai tratar do mandato de Sarney. Carlos Santana teve também a iniciativa de conversar com 11 dos 12 peemedebistas integrantes da Subcomissão, exceto, evidentemente, com Fogaça.

No final da disputa, no entanto, os artifícios de Santana não foram suficientes para derrotar a liderança de Covas. Este, como argumento definitivo, assinalou o fato de ter indicado para presidente da Subcomissão o sobrinho de Sarney, o deputado Alberico Filho (PMDB-MA), como prova de que



não é hostil ao presidente, em detrimento da candidatura do deputado Oswaldo Macedo (PMDB-PR), que na verdade era o seu preferido.

Outra derrota

Na Subcomissão da Reforma Agrária, o líder do governo, com o apoio do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) tentou impedir a eleição do senador Edison Lobão (PFL-MA) em favor da candidatura do deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG) abrindo uma disputa entre os pefelistas. O objetivo de Carlos Santana era o de afastar o deputado Oswaldo Lima Filho (PE), do grupo progressista, do cargo de relator e indicar o também peemedebista, mas da ala conservadora, Jorge Vianna (BA). Depois de uma eleição tumultuada, Lobão foi confirmado presidente e cumpriu o acordo com PMDB ao fazer Lima Filho relator da Reforma Agrária.

Carlos Santana ainda sofreria mais uma derrota, na tarde de ontem. O seu candidato para relator da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica era o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) contra o progressista Virgildásio de Senna (PMDB-BA), indicado pelo líder Mário Covas. Santana trabalhou a candidatura de Guerreiro com a ajuda do deputado Marcos Lima, coordenador da bancada peemedebista de Minas Gerais, mais também ai a derrota foi inevitável.



Covas voltou a articular bem e impingiu três derrotas ao líder Carlos Santana

Dante diz que mandato exige reformulação

A reforma ministerial ou substituição de alguns ministros está diretamente vinculada à fixação do mandato do presidente José Sarney. O presidente da República só deverá promover a mudança de seu gabinete quando a Assembleia Constituinte decidir qual o prazo do mandato de transição. Esta avaliação foi feita ontem pelo ministro Dante de Oliveira, da Reforma Agrária.

«Se a Constituinte fixar o mandato em quatro anos — afirmou o ministro — torna-se muito difícil para o presidente Sarney promover a reforma ministerial, pois ele está entrando agora em seu terceiro ano de governo. Mas, se a decisão da Assembleia for por um mandato de cinco anos, aí então o presidente fica à vontade para remover ou substituir os ministros. Por enquanto, tudo depende, na minha avaliação, do tempo do mandato».

Dante, favorável a um plebiscito interno no PMDB para consulta das bases sobre o tempo do mandato, reafirmou que o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, aceita um mandato de cinco anos.

Sobre os rumores quanto à sua provável saída do Ministério da Reforma Agrária, Dante de Oliveira evita discutir o assunto. «A reforma ministerial — afirmou — é uma questão do presidente Sarney. Dos pepinos da reforma agrária trato eu».

Desfrutando de uma confortável posição no gabinete Sarney, Dante acredita que as mudanças serão mínimas na substituição de ministros.

UDR tumultua mas não indica relator

Constituintes identificados com a UDR (União Democrática Ruralista) fizeram um enorme esforço ontem para indicar o relator da subcomissão da Reforma Agrária: lançaram uma chapa alternativa, tentaram impugnar voto e mesmo votar irregularmente, rasgaram cédulas e agitaram a reunião. Não tiveram êxito: perderam por um voto, justamente o do deputado Augusto Carvalho, do PCB, que quiseram impugnar. O relator escolhido é o ex-ministro do governo João Goulart, deputado Oswaldo Lima Filho, indicado pela liderança do PMDB.

Comandados pelo deputado Roberto Cardoso Alves, diversos parlamentares tentaram inviabilizar o acordo feito entre as lideranças. A chapa oficial: era formada pelo senador Edson Lobão, presidente; senador Saldanha Derzi, 1º vice-presidente; deputado Fernando Santana, 2º vice-presidente; e deputado Oswaldo Lima Filho, relator. A outra chapa apresentada foi encabeçada pelo ex-ministro Alysso Paulinelli e tinha como relator o deputado e fazendeiro Jorge Vianna.

ves chegou a rasgar alguns votos. Garantida a participação de Augusto Carvalho, suplente da comissão, substituindo Fernando Santana, Saldanha Derzi, que presidia o pleito, determinou nova votação.

Com brincadeiras e ironias, Gastone e Cardoso Alves ameaçavam destituir Derzi da presidência. O líder do PTB, que apoiava a chapa dissidente, chegou a gritar para Cardoso Alves: «O Derzi está presidindo pelo número de anos ou pelo número de bois que possui?».

Dirigentes da Contag assistiram à reunião. O candidato a relator preferido por eles era o deputado Vicente Bogo, do Rio Grande do Sul, com destacada atuação em defesa da reforma agrária. A UDR e outras entidades contrárias à reforma agrária lutaram pela indicação de um político sintonizado com suas posições — Jorge Vianna. Em meio às pressões de todos dos os lados, o líder Mário Covas escolheu Oswaldo Lima Filho, um político moderado, mas favorável à mudança da estrutura agrária.

Assustado com o clima da sessão de instalação da subcomissão, o deputado Ivo Mainardi comentou: «Se continuar assim, pode haver até morte quando do exame dos grandes temas na Constituinte».



Cardoso Alves, irritado, chegou a rasgar votos

Grande Comissão poderá ter sua eleição adiada

Inúmeras conversas não descomplicaram ontem o processo de escolha do relator-geral da Constituinte: durante todo o dia, o senador Fernando Henrique Cardoso avaliou suas chances eleitorais e até a noite não havia decidido se mantém ou não a sua candidatura. Ele estava propenso a propor, com o apoio de outro candidato (Pimenta da Veiga), o adiamento da eleição da bancada de hoje para amanhã. O deputado Bernardo Cabral, que tem a preferência do senador Mário Covas, não aceita e insiste na votação hoje mesmo.

O deputado Pimenta da Veiga, candidato apoiado por Ulysses, trabalha para obter o apoio de Fernando Henrique para sua candidatura. Enfrenta dificuldades: políticos como o deputado Fernando Lyra, magoado com Pimenta desde a disputa pela presidência da Câmara, não aceitam tranquilamente essa composição. Já Bernardo Cabral, que conta também com a simpatia de setores do governo, não quer dar tempo para um entendimento entre seus dois adversários e classifica a proposta de adiamento como «uma brincadeira». A eleição está marcada e sou contra qualquer mudança. Vamos disputar a preferência da bancada é amanhã (hoje) mesmo».

Enquanto avaliava suas forças, Fernando Henrique condicionava qualquer decisão (disputar ou não o cargo) a uma conversa prévia com Mário Covas. O encontro estava previsto para segunda-feira à noite, mas o voto que trouxe Fernando Henrique de João Pessoa a Brasília atrasou muito e a reunião foi adiada para ontem. Com diversos problemas em várias comissões, só puderam conversar à noite.

Pimenta da Veiga e Fernando Henrique reuniram-se demoradamente a portas fechadas, mas evitaram falar à imprensa sobre os temas tratados. Pimenta limitou-se a dizer que apoiaria qualquer proposta que fosse feita por Fernando Henrique. Inclusive o adiamento da reunião da bancada.

O deputado Miro Teixeira, que trabalha a favor de uma aliança entre Pimenta e Fernando Henrique, desabafou ontem à tarde na liderança do PMDB na Câmara: «Temos que acabar com este processo antropofágico entre os melhores quadros do partido. Vamos indicar os três como relatores». Essa sugestão, que contraria o Regimento Interno da Constituinte, agrada também ao deputado Ulysses Guimarães, mas não é aceita por Mário Covas.

Bernardo Cabral, que tem fama de ser bom orador, pretende assegurar sua vitória com um discurso na bancada.

Candidato único

O senador Afonso Arinos é mesmo o candidato único à presidência da Comissão de Sistematização, a mais importante da Constituinte, conforme acordo entre as lideranças do PMDB e do PFL para o preenchimento de cargos.

A decisão foi tomada ontem pelas lideranças do PFL, que atribuíram as notícias relativas à candidatura dissidente (do senador Carlos Chiarelli, do RS) a um desentendimento de informações.

Indagado se tinha condições de enfrentar o ritmo de trabalho da comissão, o octogenário Arinos, com bom-humor, citou uma lista de grandes figuras brasileiras que chegaram a idades avançadas conservando todo o brilho.

Constituição do PT sai no fim da semana

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores se reunirá no próximo fim de semana em São Paulo para elaborar o texto definitivo do projeto de Constituição do PT, a ser apresentado sem prejuízo das contribuições pessoais dos constituintes petistas.

As discussões de sábado e domingo girarão principalmente em torno de 17 itens polêmicos já debatidos em diferentes níveis do partido e que foram condensados pelo assessor jurídico do PT, Pedro Dallari. Uma dessas questões que divide os petistas é a ideia de incluir ou não no texto constitucional um dispositivo conferindo ao povo o direito de se insurgir «contra atos de autoridades que violem os direitos universais da pessoa humana».

Seria — admite Dallari — uma forma de desobediência civil, mas não para todos os casos. O PT também discutirá a proposta do jurista Fábio Comparato, que prevê a proibição expressa de o Estado «operar serviços de informações sobre a vida particular das pessoas». Essa proibição é consenso no PT. O que se discute é a exceção prevista na proposta de Comparato à operação de serviços daquela natureza na esfera militar.

A mesma proposta prevê a decretação do estado de sítio nos casos de guerra interna e de «comocão intestina grave, com o caráter de guerra civil». A polêmica que há entre os petistas é, sobretudo, a respeito de quais medidas seriam aceitáveis, no tocante à suspensão das medidas fundamentais na vigência do estado de sítio.

Outro item a ser discutido é o relativo à extensão dos direitos políticos aos maiores de 16 anos. Há uma inclinação do PT nesse sentido, tendência contida um pouco pelo temor de que, com a aquisição dos direitos políticos aos 16 anos, o jovem também se torne penalmente responsável a partir dessa idade.

São igualmente polêmicas no PT questões como a situação dos brasileiros naturalizados e dos estrangeiros — em relação aos direitos políticos e à ocupação de cargos públicos — o tratamento que deve ser dispensado ao instituto do casamento; o aborto e a eutanásia; a organização da Federação; o regime de governo; o papel do Estado na educação; meio ambiente; duração do mandato do presidente Sarney; consumo de drogas (discriminação dos diferentes tipos de drogas); a organização socioeconômica; o regime de propriedade; o sistema eleitoral, a política externa e a situação dos militares em relação ao direito de voto e de ser votado.

Quércia nega pressão sobre o presidente

Belo Horizonte — «Nossa reunião não foi marcada com o objetivo de fazer qualquer pressão sobre o presidente Sarney», garantiu ontem o governador Orestes Quércia, ao explicar, em Belo Horizonte, o encontro que terá hoje com seus colegas governadores de Minas Gerais, Newton Cardoso, do Rio de Janeiro, Moreira Franco, e do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda. Segundo Quércia, na reunião serão feitos diagnósticos, mas «cabera ao presidente Sarney apontar os remédios necessários».

Orestes Quércia se encontrou ontem com o governador Newton Cardoso, mas os dois não adiantaram qualquer assunto da reunião. O governador paulista apenas adiantou que o tema central do encontro com seus três colegas serão as altas taxas de juros cobrados no mercado brasileiro, e disse que irá para o encontro sem qualquer divergência com os demais participantes. «Temos conversado e o que há entre nós é uma grande convergência» — garantiu.

O governador Orestes Quércia chegou ontem à tarde a Belo Horizonte para acompanhar o sepultamento de seu tio José Quércia, que morreu de parada cardíaca, aos 87 anos.

Economia

No almoço a ser oferecido pelo governador Orestes Quércia a seus companheiros do Rio, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, hoje, eles experimentarão um cardápio simples dispensando inclusive o tradicional serviço de buffet contratado pelo cerimonial do Palácio dos Bandeirantes conforme determinou o próprio governador paulista. «O prato forte será a política econômica», disse um assessor de Quércia.

Entre o tutu de feijão que será preparado na cozinha do palácio e o refresco de frutas, o governador Orestes Quércia afirmou que tem «algumas ideias» para conversar com o governador do Rio, Wellington Moreira Franco, que está sentado à mesa com o governador Newton Cardoso, de Minas, além de Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul, que visava um único objetivo: «Vamos definir uma ação política conjunta», adiantou Quércia. «No sentido de que o presidente José Sarney assuma o comando necessário para o reordenamento econômico do país».

Missão: fixar tempo de Sarney

O relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), terá como missão dar o pontapé inicial para a fixação do mandato do presidente Sarney pela Constituinte, na parte do seu parecer que vai tratar das disposições transitórias. A saída a ser encontrada por Fogaça não será uma solução final e ainda vai passar pelo crivo da própria Comissão de Organização dos Poderes e da toda-poderosa Comissão de Sistematização, além do plenário. Deverá, porém, representar «uma tendência» do PMDB, da Constituinte e até da Nação.

Pessoalmente o senador é favorável a um mandato de quatro anos, «caso o sistema de governo a ser adotado seja o presidencialismo». Mas ele garante que a sua preferência é o que menos importa e quer ver o PMDB reunido em Convenção Nacional para posicionar-se sobre a questão.

Antes de começar a definição do mandato presidencial, José Fogaça alerta que será necessário, preli-

minarmente, definir qual o sistema de governo que o Brasil vai adotar, isto é, se o atual presidencialismo ou o parlamentarismo. «A subcomissão vai ter que definir qual será o sistema de governo nos seus primeiros 30 dias de trabalho, porque ao final de 30 dias o relator terá que apresentar o seu anteprojeto para que possa receber emendas», insiste o senador.

Acima de José Fogaça, aparece o relator da comissão, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), totalmente identificado com a ala centro-esquerda do partido da qual também faz parte o senador. O que faz prever que os relatórios de ambos sobre o assunto deverá guardar grande semelhança. Cumprida sua etapa na Comissão de Organização dos Poderes, o projeto incluindo o prazo do mandato presidencial sobe para a Comissão de Sistematização, onde mais uma vez o relator será do PMDB, partido que terá grande peso na duração do governo Sarney.

OS ELEITOS



Lysáneas, relator da Subcomissão de Direitos e Garantias

I — Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher:

a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. Presidente: deputado Roberto D'Avila (PDT-RJ); relator: deputado João Hermann Neto (PMDB-SP).

b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. Presidente: deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE); relator: deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ).

c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. Presidente: deputado Antônio Mariz (PMDB-RN); relator: deputado Darcy Pozza (PDS-RS).

II — Comissão da Organização do Estado.

a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Municípios. Presidente: deputado Joíran Frejat; relator: deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF).

b) Subcomissão dos Estados. Presidente: senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI); relator: deputado Siqueira Campos (PDC-GO).

c) Subcomissão dos Municípios e Regiões. Presidente: Luis Alberto Rodrigues (PMDB); relator: deputado Aloisio Chaves (PFL-PA).

III — Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

a) Subcomissão do Poder Legislativo. Presidente: deputado Bocaiuva Cunha (PDT-RJ); relator: deputado José Jorge (PFL).



Jose Jorge, relator da Subcomissão do Poder Legislativo

b) Subcomissão do Poder Executivo. Presidente: deputado Alberico Filho (PMDB-MA); relator: senador José Fogaça (PMDB-RS).

c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público. Presidente: deputado José Costa (PMDB-AL); relator: deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

IV — Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Presidente: deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG); relator: deputado Francisco Rossi (PTB-SP).

b) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Presidente: deputado José Tavares (PMDB-PR); relator: deputado Ricardo Fúzia (PDS-PE).

c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas. Presidente: deputado Fausto Fernandes (PMDB); relator: deputado Neilton Friederich (PMDB-RS).

V — Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

a) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas. Presidente: deputado Carlos Virgílio (PDS-CE); relator: deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS).

b) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. Presidente: deputado João Alves (PFL); relator:

deputado José Luis Maia (PDS).

c) Subcomissão do Sistema Financeiro. Presidente: senador Cid Carvalho (PMDB-CE); relator: deputado Fernando Gasparin (PMDB-SP).

VI — Comissão da Ordem Econômica.

a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica. Presidente: deputado Delfim Netto (PDS-SP); relator: deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA).

b) Subcomissão da Questão Urbana e do Transporte. Presidente: senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC); relator: deputado José Ulysses (PMDB-MG).

c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Presidente: senador Edison Lobão (PFL-MA); relator: deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE).

VII — Comissão da Ordem Social.

a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Presidente: deputado Geraldo Campos (PMDB-DF); relator: deputado Mário Lima (PMDB-BA).

b) Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente. Presidente: deputado José Elias Murad (PTB-SP); relator: deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG).

c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Presidente: deputado Ivo Lech (PMDB-RS); relator: deputado Alcení Guerra (PFL-PR).



Jose Fogaça (RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo